



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2016  
RELATÓRIO**

**12º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ**

**Competência: cível e previdenciária**

**Juíza Federal Titular: Dra. Natália Tupper dos Santos**

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 05 a 09 de dezembro de 2016, a correição ordinária eletrônica do 12º Juizado Especial Federal, em decorrência da qual seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Regularizar a petição pendente de juntada indicada no relatório de correição;
2. Verificar a situação dos 7 (sete) processos remetidos aos órgãos externos com prazo vencido e não devolvidos, caso tenham sido devolvidos, registrar a devolução no sistema Apolo;
3. Verificar os processos suspensos, nos quais não tenha sido localizada a ordem judicial respectiva, ou ainda, cujo motivo para suspensão já tenha cessado ou tenha sido cadastrado equivocadamente;
4. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, ou com classificação de “tipo de intimação” inadequado para sentença, conforme indicado na 4ª observação do relatório de correição;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

5. Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados (143) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme Ofícios n.º 12.057/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 02/09/2016 e n.º 16912/2016-PR-RJ-AMLC de 02/12/2016, bem como a Portaria PR-RJ n.º 1.103, de 02/09/2016, a Procuradora da República Dra. Aline Mancino da Luz Caixeta foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, colocando-se à disposição do Setor de Correição para providências que forem necessárias no âmbito do Ministério Público Federal, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto, ou apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representantes da Procuradoria Regional da União da Segunda Região, da Seccional do Rio de Janeiro, tampouco da Ordem dos Advogados do Brasil.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 16/02/2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)**

Divisão dos processos: não se aplica, tendo em vista não haver Juiz substituto.

. Titular: Dra. Natália Tupper dos Santos, em exercício desde 07/01/2015.

. Substituto: não há.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

### → ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 14

Total de Servidores lotados na Vara: 10

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 06

Estagiários: 01

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.1.

### → ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizado	Correição dezembro/2016
Total	1.126
Suspensos	279



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

<b>Tramitação ajustada</b>	<b>847</b>
----------------------------	------------

Fonte: Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período de 01/12/2015 a 30/11/2016, extraído em 30/11/2016.

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**  
**(art. 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (01/12/2015 a 30/11/2016):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	5.622	67,52	3
Decisão	926	11,12	4
Sentença	1.778	21,35	3
<b>Total Geral</b>	<b>8.326</b>	<b>100,00</b>	<b>3</b>

Mapas: Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 01/12/2016.

**→ METAS DO CNJ**

**→ METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**  
**(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).**

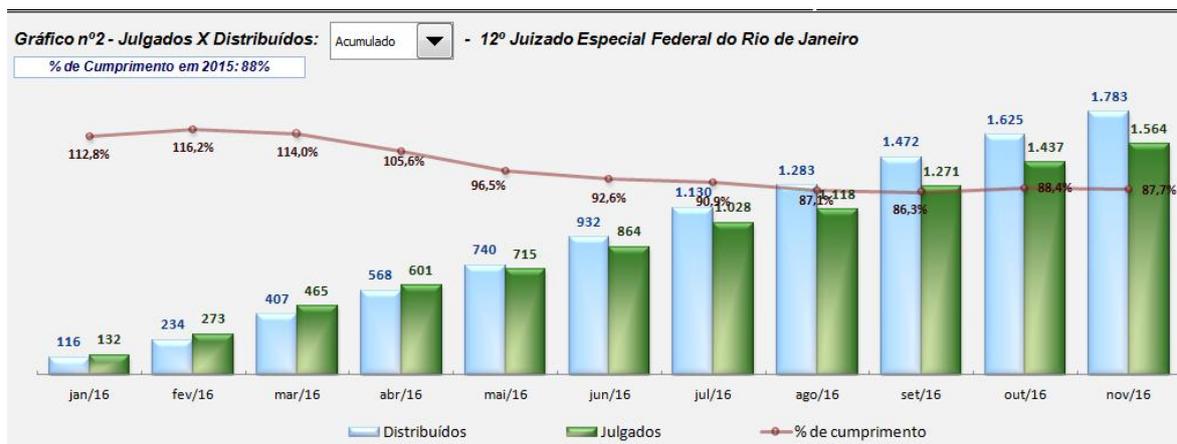
**I – META 1/2016: Julgar mais processos que os distribuídos**

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 88%, até 28/11/2016**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 30/11/2016.

## II – META 2/2016: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º e 2º graus, e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012; Nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; Nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

**Situação:** não constam processos pendentes de julgamento no 12º JEF.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o questionário pré-correição:

*“Considerando que o 12º Juizado Especial Federal só começou a receber distribuição em 2015, sem redistribuição, não há feitos inclusos nesta Meta.”*

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 30/11/2016 e consultas ao Sistema Apolo, **posição até 30/11/2016.**

**III – META 03/2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação.**

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica (não há como extrair dados específicos para uma determinada vara ou juizado). Os dados são globais para o 1º e 2º graus.

**IV – META 4/2016: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)**

(Identificar e julgar até 31/12/2016: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

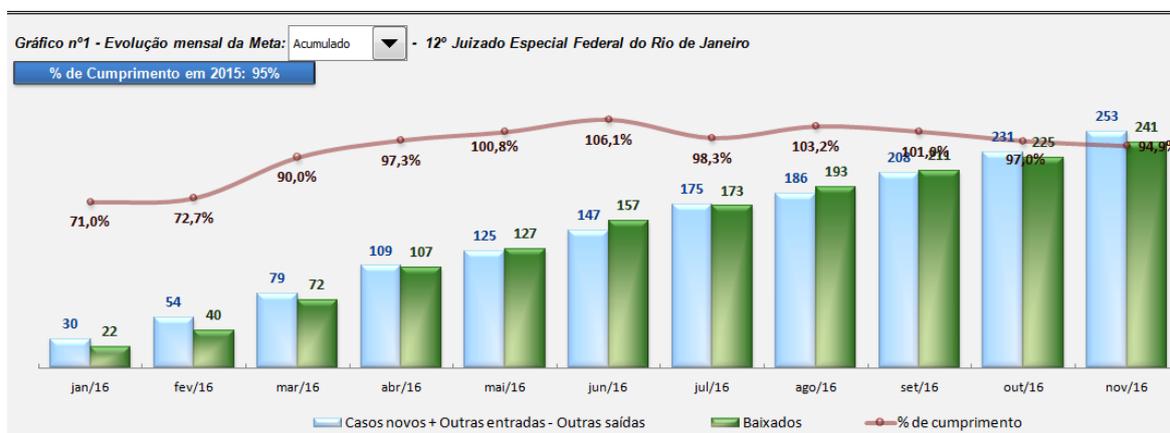


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**V – META 5/2016: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**

(Baixar em 2016: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juizado correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 95%, até 29/11/2016**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 30/11/2016.

**VI – META 6/2016: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**

(Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não se aplica.

**VII – META 7/2016: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**VIII – META 8/2016: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.**

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 30/11/2016.

**➔ AUDIÊNCIAS (DE 01/12/2015 A 30/11/2016)  
(Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 294 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 10/12//2015 e a última de 30/11/2016.

Conforme informações prestadas no questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

*“3.2. Número de Audiências, no período de levantamento: agendamento/realização:”*

<i>AGENDADAS</i>	<i>REALIZADAS</i>
<i>301</i>	<i>262</i>

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências, e Questionário pré-correição.

**→ PROCESSAMENTO DE FEITOS**

**1. INICIAIS E VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO  
(Artigos 305 a 317 da CNCR)**

Não foi localizado um local virtual específico para armazenamento das iniciais.

De acordo com o questionário pré-correição:

*“A análise das iniciais e dos processos remetidos para verificação de prevenção é feita diariamente, mediante controle do balcão de entrada do Juizado.”*

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

*“Os processos distribuídos com Termo de Prevenção são devidamente instruídos com certidão resumida do processo preventivo, em comparação com o recentemente distribuído, e sua permanência ou não no Juízo é decidida em tempo mínimo.”*

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, Relatório de Inspeção Anual, item 2.2.2, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2016/02431, de 14/03/2016, realizada no período de 29/02/2016 a 04/03/2016. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 09/12/2016, às 16h58min, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

## 2. BALCÃO DE ENTRADA

21 Documentos, sendo o mais antigo de 07/12/2016, documento n° 0101854-53.2016.4.02.5151.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 09/12/2016, às 16h58min.

## 3. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	30/11/2016
Conclusão até	29/11/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	N/A



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Decisão	0	N/A
Sentença	0	N/A
<b>Total Geral</b>	<b>0</b>	<b>N/A</b>

**1ª - OBS:** Não há processos com prazos de conclusão vencidos. Por esse motivo, não foram analisados processos por amostragem.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 01/12/2016.**

**4. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:**  
**(Arts. 228 da CNCR)**

Posição em	<b>01/12/2016</b>
Último Movimento até	<b>30/11/2016</b>

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	0	N/A
Mais de 60	0	N/A
<b>Total Geral</b>	<b>0</b>	<b>N/A</b>

**2ª - OBS:** Não há processos parados além dos prazos previstos pelo art. 228 da CNCR. Logo, não foram analisados processos por amostragem.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 01/12/2016.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**5. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA  
(Arts. 180 e 318 da CNCR)**

Aguardando juntada, em 05/12/2016, nove documentos, sendo o **mais antigo de julho/2016, referente ao processo n.º 0364880420154025151, documento n.º 2016.3002.616002-7.**

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual:

*“Todas as petições pendentes foram juntadas na semana da inspeção, não havendo nenhuma aguardando juntada há mais de 3 (três) dias, já que a secretaria está instruída a efetuar a juntada diariamente.”*

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 01/12/2016, e Relatório de Inspeção Anual, item 4, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2016, de 14/03/2016, realizada no período de 29/02/2016 a 04/03/2016.

**6. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS  
JUDICIAIS  
(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Existem os seguintes locais virtuais:

SECRETARIA - PRAZO (LAUDO E RPV): Existem 19 documentos, sendo o mais antigo de 24/11/2016.

SECRETARIA - PRAZO (RECURSO, CONTRARRAZÕES E TUTELA): Existem 64 documentos, sendo o mais antigo de 16/11/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SECRETARIA - PRAZO CONHECIMENTO – CÍVEL: Existem 90 documentos, sendo o mais antigo de 10/11/2016.

SECRETARIA - PRAZO CONHECIMENTO – PREVIDENCIÁRIO: Existem 141 documentos, sendo o mais antigo de 18/11/2016.

SECRETARIA - PRAZO EXECUÇÃO – CÍVEL: Existem 8 documentos, sendo o mais antigo de 25/11/2016.

SECRETARIA - PRAZO EXECUÇÃO – PREVIDENCIÁRIO: Existem 30 documentos, sendo o mais antigo de 16/11/2016.

AG. PERÍCIA: Existem 78 documentos, sendo o mais antigo de 17/11/2016.

GABINETE - AG. AUDIÊNCIA: Existem 4 documentos, sendo o mais antigo de 30/11/2016.

SECRETARIA - AG. CUMPRIMENTO DE EXPEDIENTES: Existem 67 documentos, sendo o mais antigo de 03/11/2016.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, **posição em 09/12/2016 às 17h14min.**

## **7. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).**

Existem os seguintes locais virtuais:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SECRETARIA - EXPEDIR RPV: Existem 3 documentos, sendo o mais antigo de 09/12/2016.

GABINETE - AUDIÊNCIA DESIGNADA – CEF: Existem 10 documentos, sendo o mais antigo de 29/11/2016.

DIRETOR – CONFERÊNCIA: Existem 19 documentos, sendo o mais antigo de 09/12/2016.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), **posição em 09/12/2016 às 17h14min.**

**8. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:**  
**(Art. 189 e seguintes da CNCR)**

Posição em	30/11/2016
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	0
<b>Total Geral</b>	<b>0</b>

**3ª - OBS:** Não foram analisados processos por amostragem. Não há processos tramitando em segredo de justiça.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 30/11/2016.

## 9. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	12/2015 a 11/2016
	Processos	5.813
	Boletins	107
	Média (Proc. / Bol.)	54,33
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,80

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 05/12/2016.

## 10. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **7 processos com prazo vencido**, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0124323-93.2016.4.02.5151	NATP	15/09/2016	18/10/2016	43
0126816-43.2016.4.02.5151	NATP	21/09/2016	24/10/2016	37
0121167-97.2016.4.02.5151	NATP	26/09/2016	27/10/2016	34
0135765-56.2016.4.02.5151	NATP	17/10/2016	22/11/2016	8
0124605-34.2016.4.02.5151	NATP	17/10/2016	22/11/2016	8
0139283-54.2016.4.02.5151	NATP	17/10/2016	22/11/2016	8
0061813-44.2016.4.02.5151	PRF	24/10/2016	22/11/2016	8

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 30/11/2016, vencidos e não devolvidos até 30/11/2016, e consultas ao Apolo, posição em 06/12/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## 11.SUSPENSÃO DE PROCESSOS CÍVEIS

a) Total de processos suspensos (em 30/11/2016): 279

b) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Aguarda decisão de instância superior: 02

01300814320154025101 - Determinada a suspensão do feito em 29/09/2016, até o julgamento do conflito negativo de competência suscitado.

05050099620164025151 - Determinada a suspensão do feito em 11/01/2016, conforme decisão proferida no REsp n.º 1.381.683-PE. **A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo”.**

b) Outros – fase conhecimento: 08

00790079120154025151 – Determinada a suspensão do feito por 60 dias, em 05/10/2016.

00863114420154025151 – Feito suspenso em 10/10/2016, **sem que tenha sido localizada determinação para suspensão.**

00828079320164025151 – Determinada suspensão do feito pelo prazo de 30 dias, em 04/11/2016.

05055469220164025151 - Determinada suspensão do feito em 07/11/2016, pelo prazo de 30 dias, nos termos da Portaria n.º TRF2-PTP-2016/00464 de 19 de outubro de 2016.

00896775720164025151 - Determinada suspensão do feito pelo prazo de 40 dias, em 23/11/2016.

c) Outros – fase /processo execução: 05



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Outros – fase /processo execução”, ao invés do motivo específico “Cumprimento Precatório/RPV”, nos seguintes processos:**

01543587020154025151 - Determinada suspensão do feito em 21/10/2016, pelo prazo de 60 dias, até efetivação do depósito do RPV em favor da parte autora.

05050223220154025151 - Determinada suspensão do feito em 25/10/2016, pelo prazo de 60 dias, até efetivação do depósito do RPV em favor da parte autora.

01272090220154025151 - Determinada suspensão do feito em 18/11/2016, pelo prazo de 60 dias, até efetivação do depósito do RPV em favor da parte autora.

d) Repercussão Geral (CPC, art. 1.035, art. 5º): 264

01005528620164025151 - Determinada a suspensão do feito em 19/10/2016, conforme decisão proferida no RE nº 596.701/MG.

**A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Repercussão Geral (CPC, art. 1.035, art. 5º)”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo”, nos seguintes processos:**

00107432220154025151 – Determinada a suspensão do feito em 29/01/2015, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

00245796220154025151 - Determinada a suspensão do feito em 23/03/2015, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

01192541720154025151 - Determinada a suspensão do feito em 13/11/2015, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

00382346720164025151 - Determinada a suspensão do feito em 01/04/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 30/11/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 05/12/2016.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## 12. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.778

- a. Convertidas em diligência: 12
- b. Embargos de declaração: 29
- c. Resolução de mérito: 1.270
  - i. Conciliação/transação: 248
  - ii. Homologada renúncia pelo autor: 01
  - iii. **Determina intimação: 02**
  - iv. Improcedente: 410
  - v. Improcedente – dispensada citação: 07
  - vi. Improcedente liminar art. 332 do CPC: 04
  - vii. Procedente: 303
  - viii. Procedente em parte: 269
  - ix. Reconhecida prescrição/decadência: 05
  - x. Procedente com tutela deferida: 12
  - xi. Procedente em parte com tutela deferida: 09
- d. Sem resolução de mérito (total): 466
  - i. Sem resolução de mérito: 242
  - ii. Desistência da ação: 10
  - iii. Abandono da causa pelo autor: 02
  - iv. Ausência das condições da ação: 39
  - v. Ausência de pressupostos processuais: 22
  - vi. Perempção, litispendência ou coisa julgada: 25
  - vii. Indeferida a petição inicial: 126
- e. **Vazias: 01**

4ª - **OBS:** no processo nº 01450256020164025151, o tipo de intimação foi classificado como “**determina intimação**”. Contudo, trata-se de **sentença tipo C** que extinguiu o processo sem resolver o mérito, de acordo com o inciso IV do art. 485 do Novo CPC. Idem para o



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

processo 01192409620164025151, **sentença tipo A**, improcedência do pedido, na forma do art. 487, inciso I do Novo CPC. O tipo de intimação “**determina intimação**”, salvo melhor juízo, seria mais apropriado para despacho ou decisão.

### 13. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

#### 1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0039136-20.2016.4.02.5151

0037123-82.2015.4.02.5151

0006917-51.2016.4.02.5151

0073424-81.2015.4.02.5101

0054830-29.2016.4.02.5151

0142609-56.2015.4.02.5151



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):**

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0108069-45.2016.4.02.5151

0139168-67.2015.4.02.5151

0002350-74.2016.4.02.5151

0059343-30.2015.4.02.5101

0014623-85.2016.4.02.5151

0505238-90.2015.4.02.5151

**3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):**

0505764-57.2015.4.02.5151

0506079-85.2015.4.02.5151

0096851-20.2016.4.02.5151

0060807-02.2016.4.02.5151

0089429-91.2016.4.02.5151

0108158-05.2015.4.02.5151

**4 Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):**

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0131782-83.2015.4.02.5151

0132021-53.2016.4.02.5151



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

0038982-02.2016.4.02.5151

0073806-21.2015.4.02.5151

0018293-34.2016.4.02.5151

0114301-10.2015.4.02.5151

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo –  
módulo Secretaria, **posição em 07/12/2016.**

**14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)**  
**(Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição:

*“Os servidores da Secretaria e do Gabinete estão instruídos a conceder tratamento prioritário para os casos de tutela de saúde, prioridade idoso e benefícios por incapacidade.”*

**15. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:**

Segundo o questionário pré-correição:

*“Os processos são organizados no gabinete conforme a matéria, em locais virtuais específicos, de forma a facilitar a*



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

*identificação das prioridades. O controle dos prazos e da ordem cronológica dos feitos com conclusão aberta é feito pelo Oficial de Gabinete, semanalmente.”*

Locais Virtuais:

GABINETE - CLS. DECISÃO  
GABINETE - CLS. SENTENÇA  
GABINETE - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
GABINETE - SENTENÇA CÍVEL – CEF  
GABINETE - SENTENÇA CÍVEL – OUTROS  
GABINETE - SENTENÇA PREVIDENCIÁRIO – GERAL  
GABINETE - SENTENÇA PREVIDENCIÁRIO - INCAPACIDADE

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

## 16. EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

**Fase 18:**

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	<b>Não Informada</b>	143	143
		Natureza Executória	00	00
	Registro Sentença Antiga	Natureza Executória	00	00
	<b>Total</b>			143

**Recomendação:** Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados (143) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 30/11/2016.

**17. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO  
(de 01/12/2015 a 30/11/2016).  
(Art. 217, II, da CNCR)**

- a. Total de requisições: 478
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 90 dias.

**- RPV's Juizado Especial: 478**

. Cadastrados: 34

. Enviados: 444

**- Precatórios (Parcela única): 00**

. Cadastrados: 00

. Enviados: 00

**- Precatórios Parcelados: 00**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 30/11/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**  
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, o juizado correicionado informou que não houve constrição de bens.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 30/11/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 30/11/2016.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**  
(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição: “*não se aplica*”.

Não foram analisados os processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado e consultas ao Apolo, posição até 30/11/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS  
(ART. 147 a 151 CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição:

*“5. LIVROS E PASTAS (arts. 147 a 151 da CNCR)”*

*“Não foram verificadas irregularidades.”*

Por sua vez, nos termos do relatório de inspeção anual:

*“Foram inspecionados os livros e pastas obrigatórios,  
não sendo constatadas irregularidades.”*

Fonte: Questionário pré-correição, item 5 e item 3 do Relatório de Inspeção Anual  
(Ofício nº JFRJ-OFI-2016/02431).

**→ ESPAÇO FÍSICO**

Conforme informações obtidas no Questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

*“O Foro Regional de Campo Grande foi inaugurado no dia 16/12/2014, com início dos trabalhos em 07/01/2015, possuindo instalações modernas e adequadas ao funcionamento dos Juizados aqui instalados.”*

De acordo com informações prestadas no Relatório de inspeção anual:

[...]

*“Os móveis em utilização neste Juizado, devidamente cadastrados junto ao Setor de Patrimônio, se encontram em boas condições de conservação e propiciam o bom andamento dos trabalhos.”*

Fonte: Questionário pré-correição, item 4 e Relatório de Inspeção Anual, item 12 (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/02431).

## → METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

**Metas de curto prazo (3 meses):** o juizado correicionado pretende julgar todos os feitos distribuídos em 2015;

**Metas de médio prazo (6 meses):** cumprir as metas 1 e 5 do CNJ;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**Metas de longo prazo (1 ano):** reduzir o acervo e dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela equipe do juizado com o intuito de cumprir os prazos fixados pela Corregedoria e pelo CNJ.

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

**RELATÓRIO ELABORADO POR:**

Carlos Alberto de Araujo Rocha, Mat. n.º 11.308

Ini Martha da Silva, Mat. n.º 11.953

Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777